



**AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR AGENTE DE CONTRATAÇÃO DO
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS/SP**

Pregão Eletrônico nº 100/2025

FACTO TURISMO LTDA, já qualificada nos autos do certame cujo número refere-se na epígrafe, vem, respeitosamente, perante Vossa Senhoria, na forma do art. 165. I, 'b', da Lei nº 14.133/21, e do item 11 do Edital, apresentar

RECURSO ADMINISTRATIVO

relativamente à decisão que declarou vencedora a licitante **VN SOARES VIAJE BEM MAIS LTDA**, o que faz consoante os fundamentos que seguem.

I. SÍNTESE DO CERTAME

1. O certame em epígrafe tem por objeto *“CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AGENCIAMENTO SISTEMATIZADO DE VIAGENS CORPORATIVAS POR MEIO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.”* (Item 1.1 do Edital).

2. Interessada em adjudicar o objeto, a Recorrente apresentou proposta de acordo com o que dispõe o Edital. No entanto, para surpresa da Recorrente, durante a sessão pública do pregão em epígrafe, a empresa recorrente e outros licitantes foram impossibilitados de ofertar seus lances devido a uma falha técnica no sistema eletrônico escolhido.

3. Conforme se comprova pelo vídeo da sessão, anexo aos autos, o sistema não permitiu o envio de lances, o que é corroborado pelo arquivo de lances do processo, que demonstra a ausência de qualquer oferta durante a fase de disputa.



4. Com isso, a empresa Recorrida foi declarada vencedora com o lance de 99,99% de desconto sobre o valor global estimado.

5. O certame, portanto, possui duas graves irregularidades que devem ser sanadas através da revogação dos atos subsequentes à abertura da sessão. A uma, pois a impossibilidade de envio de lances através do sistema quebra a isonomia entre as partes. A duas, pois o critério de julgamento adotado é o maior desconto sobre o valor global do contrato, o que leva à inequívoca inexecutabilidade de uma proposta de 99,99% de desconto, como a da Recorrida.

6. A aceitação de uma proposta inexecutável e a homologação de um certame que viola a isonomia entre os licitantes configura grave violação aos princípios basilares da licitação, razão pela qual a Recorrente passa a expor suas razões de recurso.

II. DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS PARA O PROVIMENTO DO RECURSO

ii.a. Violação aos princípios da isonomia, da vinculação ao instrumento convocatório e da competitividade

7. O processo licitatório, nos termos do art. 11 da Lei nº 14.133/2021, tem como objetivos assegurar a seleção da proposta mais vantajosa e o tratamento isonômico entre os licitantes, garantindo a justa competição:

Art. 11. O processo licitatório tem por objetivos:

I - assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto;

II - assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição;

8. O instrumento convocatório foi bastante claro ao consignar a etapa de lances da sessão pública pelo modo de disputa aberto:

5.11. A etapa de lances da sessão pública será pelo modo de disputa aberto, conforme estabelecido no preâmbulo deste edital.



9. A falha técnica no sistema eletrônico, que impediu a recorrente e outros participantes de ofertarem seus lances, implica na inequívoca nulidade do certame, pois fere os princípios da competitividade e da isonomia.

10. A impossibilidade de participação efetiva na fase de lances frustrou o caráter competitivo do pregão, impedindo que a Administração Pública obtivesse a proposta mais vantajosa.

11. A jurisprudência pátria é pacífica no sentido de que falhas ou erros técnicos em sistemas informatizados não podem prejudicar licitante que não deu causa às irregularidades:

MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO. ERRO NO SISTEMA INFORMATIZADO . IRREGULARIDADE NÃO IMPUTÁVEL AO LICITANTE. DESCLASSIFICAÇÃO. IMPROPRIEDADE. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA . 1. Remessa necessária de sentença, proferida em mandado de segurança versando sobre processo licitatório, na qual a segurança foi deferida para declarar a nulidade do ato administrativo que determinou a desclassificação da impetrante e determinar a continuidade do procedimento licitatório 797433, desconsiderando-se os documentos relativos à proposta substituída e analisando-se os posteriormente juntados pela impetrante. 2. Na sentença, considerou-se: a) a desclassificação da impetrante foi, a toda evidência, ilegal . O item 5.9.3 do edital prevê expressamente que, até a abertura da sessão, os licitantes podem retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente apresentados. Assim, o que foi anteriormente juntado, mas retirado, não seria considerado . Admitindo-se a substituição, deve ser tido como válido o que foi por último juntado; b) o fato de o sistema não permitir que o participante do certame visualize os documentos anteriormente anexados ao sistema, permitindo a sua exclusão em caso de substituição da proposta, é fator que deve ser levado em consideração para se afastar eventual penalização do participante por erro na inclusão do documento. 3. O magistrado interpretou a situação fática posta nos autos perante a Constituição Federal e as normas regentes do processo licitatório, concluindo pela nulidade do ato administrativo que desclassificou o licitante do certame. Não houve irresignação



das partes quanto ao decidido na sentença . 4. Esta Corte tem entendido que falhas ou erros técnicos em sistemas informatizados não podem prejudicar licitante que não deu causa às irregularidades (REOMS 0033697-84.2013.4 .01.3300, Rel. Desembargador Federal Souza Prudente, Segunda Seção, e-DJF1 de 27/05/2016; AC 0010075-23.2015 .4.01.3100, Rel. Desembargadora Federal Daniele Maranhão Costa, Sexta Turma, e-DJF1 de 04/12/2019; AC 0012359-55 .2007.4.01.3400, Rel . Juíza Federal Maria Cecília de Marco Rocha (Conv.), Quinta Turma, e-DJF1 de 14/04/2016). 5. Negado provimento à remessa necessária . (TRF-1 - REOMS: 10017474820204013800, Relator.: DESEMBARGADOR FEDERAL JOÃO BATISTA MOREIRA, Data de Julgamento: 08/02/2021, 6ª Turma, Data de Publicação: PJe 22/02/2021 PAG PJe 22/02/2021 PAG)

12. Portanto, a falha no sistema que impossibilitou as licitantes de ofertarem lances no momento oportuno não pode gerar prejuízos aos participantes, razão pela qual todos os atos subsequentes à apresentação das propostas devem sem ser anulados, forte no poder-dever de autotutela da Administração Pública.

ii.b. Da inexecutabilidade da proposta da Recorrida

13. Além da nulidade já exposta, a decisão que reconhece a Recorrida como vencedora do certame incorre em grave ilegalidade, uma vez que acata proposta manifestamente inexecutável.

14. O art. 59, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, determina a desclassificação das propostas com preços inexecutáveis. Da mesma forma, o item 6.6 do Edital:

6.6. Serão desclassificadas as propostas que:

[...]

6.6.4. Apresentar valores inexecutáveis ou permanecerem acima do valor máximo definido para a contratação;

15. No presente caso, o lance de 99,99% de desconto sobre o valor global de R\$ 734.992,00, que inclui não apenas a comissão de agenciamento,



mas também os custos de passagens e hospedagens, resulta em um valor que é manifestamente inexequível para a prestação de serviços de agenciamento.

16. A jurisprudência é uníssona ao reconhecer a inexequibilidade manifesta em casos semelhantes:

DIREITO ADMINISTRATIVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CONCORRÊNCIA PÚBLICA. DESCLASSIFICAÇÃO DE PROPOSTA. RECURSO NÃO PROVIDO. I. Caso em Exame 1. Agravo de instrumento interposto por SM Comércio e Serviço LTDA contra decisão que indeferiu liminar para suspender a concorrência pública nº 01/2024 do Município de São Joaquim da Barra. Alega a exequibilidade da proposta ofertada e a ilegalidade da sua desclassificação. II. Questão em Discussão 2. A questão em discussão consiste em averiguar a possibilidade de suspensão liminar da concorrência pública devido à desclassificação da proposta do agravante, considerada manifestamente inexequível. III. Razões de Decidir 3. A proposta do agravante foi inferior a 70% da média aritmética das demais propostas superiores a 50% do valor orçado pela Administração, conforme estipulado no edital, razão pela qual foi considerada inexequível. 4. Presunção de legitimidade do ato administrativo, não evidenciada ilegalidade na desclassificação da proposta. IV. Dispositivo 5. Recurso não provido. Legislação Citada: Código de Processo Civil, art. 300; Lei nº 12.016/2009, art. 7º, III; Lei nº 8.666/93, art. 48, II. Jurisprudência Citada: STJ, EDROMS 18205/SP, Min. Felix Fischer. (TJ-SP - Agravo de Instrumento: 21251395420258260000 São Joaquim da Barra, Relator.: Jayme de Oliveira, Data de Julgamento: 06/08/2025, 12ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 06/08/2025)

17. Assim, resta demonstrada a inexequibilidade da proposta da Recorrida, que deve ser desclassificada do certame, sob pena de violação aos princípios da isonomia, da competitividade e da legalidade.

18. E não se diga, por fim, em hipótese de abertura de diligência para auferir a exequibilidade da proposta, uma vez que a inexequibilidade é manifesta e independe de maiores diligências, pois é matematicamente impossível prestar os serviços licitados pelo valor ofertado.



III. DOS PEDIDOS

19. Diante do exposto, e considerados os princípios da legalidade e da isonomia, bem como os limites estabelecidos pela Lei nº 14.133/21, a Recorrente requer o recebimento e o provimento do seu recurso, para o fim de revogar os atos subsequentes à abertura das propostas, a fim de viabilizar o envio de lances a todas licitantes, bem como a desclassificação da Recorrida, considerando a manifesta inexecuibilidade da sua proposta.

São os termos em que pede e espera deferimento.

Santos/SP, 02 de dezembro de 2025.

SHAYANE TAYSE GALLON
Diretora

CPF: 010.089.899-83
RG: 4.378.239 SSP/SC